



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 296 - DE 20 DE MARÇO A 04 DE ABRIL DE 2005 - R\$ 1,50

Rechaçar a Reforma Sindical estatizante e intervencionista do governo do PT/Lula

Organizar a Conlutas e Conlute como frente única de luta pelas reivindicações e contra as reformas neoliberais e como fração oposição revolucionária às direções burocráticas das organizações de massa, CUT e UNE.



**Importante manifestação internacionalista em São Paulo:
Fora as tropas imperialistas do Iraque!
Autodeterminação dos povos!**

Bolívia em rebelião novamente: as massas caminham para a revolução e ditadura proletárias



Quinzena de Luta dos Trabalhadores

Confronto entre perueiros e tropa de choque tomou conta do centro de São Paulo



O perueiros em greve exigiam o aumento do repasse. As passagens subiram para R\$2,00 e os repasses diminuíram para R\$0,70, antes eram de R\$1,10. O presidente do Sindicato das Cooperativas (Sindilotação) acusou os empresários de ônibus de não aceitarem a elevação do repasse.

A greve durou 24 horas com intensas manifestações. O prefeito Serra (PSDB) acionou a polícia e exigiu que a tropa de choque reprimisse as manifestações que ocorreram em frente à prefeitura. Os grevistas não se renderam e enfrentaram a repressão. O movimento foi suspenso mas permanece o "estado de greve".

Essa luta põe em evidência a necessidade da estatização de todo o sistema de transporte. Defesa de um único sistema, estatal e sob o controle dos trabalhadores.

Protestos contra o aumento das passagens de ônibus

Em várias capitais e municípios ocorreram manifestações contra o aumento das passagens de ônibus. Em São Paulo, o transporte coletivo passou para R\$2,00. Em Porto Alegre, a tarifa foi de R\$1,55 para R\$1,75. A maioria dos manifestantes era estudantes. A população ainda se encontra dispersa e as direções sindicais e estudantis não movem uma palha contra os governos.

A bandeira de passe-livre para os estudantes e desempregados mobiliza grande parcela dos explorados. Juntamente com ela a defesa de nenhum reajuste de tarifas. O preço das passagens já é extremamente alto e consome boa parte dos salários. Os empresários dos transportes lucraram rios de dinheiro e ainda exploram seus funcionários, que recebem salários de fome.

É nessa luta que devemos levantar a bandeira de estatização

de todo o transporte coletivo e colocá-lo sob o controle dos trabalhadores.

Vereadores de São José reajustam seus salários em 60,5%

Houve protestos da população e de militantes contra o abuso de poder dos vereadores. Enquanto a maioria da população recebe um salário de fome, os vereadores com todas as mordomias legislam em causa própria reajustando seus salários. A manifestação foi violentamente reprimida e sindicalistas foram presos..

A repressão policial gerou mais protestos dos manifestantes, que exigiam a entrada que dá acesso à galeria do plenário.

Como vemos, os vereadores estão a serviço dos interesses da burguesia e legislam contra a maioria explorada. E para exercer esse posto, cobram preço de ouro. E quem paga é a população pobre.

Greve de ônibus no RJ

A greve dos funcionários das empresas de ônibus paralisou o Rio de Janeiro. Terminou no começo da noite, após um acordo dos rodoviários com as empresas de ônibus.

Na Central do Brasil, policiais militares procuraram impedir que os grevistas barrassem a passagem dos fura-greves. O confronto foi intenso e os policiais agiram brutalmente contra os manifestantes. O resultado foi a prisão de 41 grevistas e muitos feridos.

Apesar de uma greve de força, os condutores que exigiam um reajuste salarial de 17%, acabaram sendo traídos pela direção sindical que aceitou os 5,98% oferecidos pelos empresários.

A luta não terminou. Logo mais os trabalhadores dos coletivos terão de recorrer a greve para impor suas reivindicações. As lições devem servir para preparar o novo confronto.



As massas rebeldes contra a burguesia e o imperialismo na Bolívia enfrentam a repressão.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Denúncias

O intervencionismo do Brasil no Haiti, a mando da ONU



Ao contrário da campanha do governo do PT/Lula de que as tropas no Haiti serviriam para dar proteção à população e, portanto, não exerceriam papel de repressão, o Relatório do Centro de Justiça Global e da Universidade Havard (EUA) acusa o comando brasileiro de “dar cobertura à campanha de terror da polícia nas favelas de Porto Príncipe”, de “abusos” e de

A opressão sobre a mulher brasileira

Alguns dados falam por si só:

1. No Brasil, existem 4,2 milhões de mulheres a mais que homens (IBGE-2002). As mulheres representam 51,2% da população e os homens 48,8%. O crescimento do grupo feminino teve início nos anos de 1940. Antes disso, havia mais homens do que mulheres. O predomínio de mulheres ocorre em todas as regiões do país. Elas são maioria nos centros urbanos.

2. Dados indicam que as mulheres compõem com mais de 50% em alguns ramos da economia como: Costura (94%), Magistério (90%), secretariado (89%), enfermagem (84%), recepção (81%) etc.

3. As mulheres representam a imensa maioria dos trabalhadores domésticos. Só 7% são homens. Trata-se de um setor com um dos mais baixos salários.

4. As mulheres são preferidas pelos capitalistas quando se trata de contratos de trabalho com tempo parcial, portanto, para as formas de trabalho mais precarizadas.

5. Dados do Dieese de 2001, na indústria, 69% das mulheres ganhavam até 3 salários mínimos, enquanto que os homens na mesma faixa salarial correspondiam a 45%. Embora o grau de escolarização da mulher seja superior ao do homem, a mulher recebe menos.

6. Os resultados do censo indicam o crescimento do número de famílias cujos responsáveis são mulheres. No entanto, as mulheres não conseguiram conquistas sociais elementares como: creches, escolas públicas, centros de recreação etc.

Esses indicadores mostram que :

1. Com a industrialização, as mulheres foram empurradas ao mercado de trabalho. Juntamente com os homens compõem

“violações de direitos humanos”.

O documento afirma que a missão sob a direção do brasileiro Augusto Heleno Pereira passou por cima de pontos básicos. Cita: 1) “Não promove um ambiente seguro e estável através do desarmamento”; 2) não prepara as condições para as próximas eleições; 3) descumpre direitos humanos”.

O intervencionismo da ONU, na qual o Brasil é subserviente, se apoiava nessa falsa campanha de desarmamento, eleições e direitos humanos. E são descumpridos porque não há intervencionismo sem o uso da força militar contra o povo.

Não por acaso, as tropas comandadas pelo Brasil invadem as favelas, revistam as casas, caçam lideranças de protestos e protegem o governo títere imposto pelos Estados Unidos e França após a derrubada de Aristide.

O cumprimento das decisões imperialistas implica mortes, torturas e uso de todos os meios para conter a população faminta que acusa os estrangeiros de invasão ao país.

Os trabalhadores e a juventude brasileira devem se colocar ao lado do povo haitiano e exigir que o governo Lula retire imediatamente as tropas brasileira do Haiti.

as forças produtivas. E compõem com predominância em vários ramos da produção. Ainda é no setor doméstico que as mulheres são a grande maioria. Com a eliminação de postos de trabalho, as mulheres também sofrem na pele o desemprego.

2. O ingresso de mulheres no mercado de trabalho não trouxe a igualdade de direitos (homens e mulheres). Ao contrário, as mulheres recebem menos que os homens mesmo executando a mesma função. A política de corte de direitos atinge em cheio o contingente de mulheres que possuem os contratos temporários, sem carteira assinada, por meio de cooperativas terceirizadas.

A implementação das políticas neoliberais, que atinge a maioria dos trabalhadores, com o arrocho salarial, cortes de direitos, contratos precarizados, recai violentamente sobre o contingente de mulheres trabalhadoras. Estas são vítimas da ausência de políticas públicas tais como saúde, educação, moradia e constitui a maioria dos desempregados.

Nesse momento, com a reforma sindical/trabalhista, que tem como essência a redução de direitos, algumas conquistas passam a ser objeto de negociações. Haja vista a licença maternidade etc.

3. As mulheres, que há muito integram o mercado de trabalho, enfrentam duplas jornadas, dentro e fora de casa.

5. A decomposição do capitalismo desagrega as famílias. As mulheres passaram a ser arrimo da casa. E não contam com os serviços públicos necessários à educação e sustento dos filhos.

É bom lembrarmos que a luta das mulheres contra as desigualdades sociais vem de muito tempo. Os direitos, que foram incorporados em leis, se devem ao combate dos trabalhadores (homens e mulheres). Os governos não põem em prática o que há na legislação para a proteção à maternidade e ao trabalho da mulher. Eis alguns exemplos: na CLT, 1943, consta como obrigação das empresas onde trabalham mais de 30 mulheres, com idade superior a 16 anos, a manutenção de local apropriado para os fi-

lhos que estão amamentando. A CLT proíbe o trabalho de mulheres e crianças em atividades perigosas e insalubres.

As raízes da opressão

1. Em primeiro lugar, as mulheres têm uma particularidade que se diferencia dos homens, que é a gestação e a amamentação. Essa função materna reserva às mulheres direitos de proteção que são específicos. Como por exemplo, a licença maternidade, creches etc.

2. No início da industrialização, a mão de obra masculina era majoritária; entretanto, as condições de miserabilidade obrigaram mulheres e crianças ingressassem na produção. Daí temos dois problemas: a) o ingresso das mulheres na produção constituiu um passo fundamental para seu desenvolvimento e sua independência, isso porque liberta a mulher da dependência do homem. b) Mas, ao mesmo tempo, a escraviza, pois não a liberta das tarefas domésticas.

3. Por que as leis e os direitos não são realizáveis? Isso porque a base da opressão da mulher está no sistema econômico, ou seja, no regime de exploração do trabalho. Trata-se de regime que se assenta na exploração do homem pelo homem. É na luta pelos direitos que as mulheres se politizarão (terão consciência) e compreenderão que só com o fim desse regime e da sociedade de classe poderão erradicar a opressão social.

4. A luta pela igualdade econômica e social da mulher aponta como tarefa principal o combate por integrá-la ao trabalho produtivo, por libertá-la da escravidão da casa. É por meio desse movimento que elevaremos a consciência de que se trata de transformar a base material da sociedade, que é capitalista, que se apóia na propriedade privada dos meios de produção.

5. A emancipação da mulher não é uma particularidade da mulher e sim de todos os oprimidos porque implica a luta contra um sistema que oprime a maioria pobre.

Ato em São Paulo: 2 anos de ocupação imperialista Fora as tropas imperialistas do Iraque!

No dia 19/03, a Conlutas/Conlute, o MST, MTD, e outras correntes políticas e organizações realizaram um ato e uma passeata no centro de São Paulo para protestar contra a ocupação militar do Iraque.

A manifestação lotou o vão livre do MASP, na Avenida Paulista, e seguiu em passeata até o centro de São Paulo (Praça da Sé), realizando mais alguns protestos no caminho.

Foi importante mobilizar a juventude e os trabalhadores para a realização de um ato internacionalista e antiimperialista. A bandeira central aprovada expressa a luta pela expulsão das tropas de ocupação dos Estados Unidos do Iraque. Não houve consenso no comitê unificado em relação a outras bandeiras, mas a que foi aprovada deu o caráter do ato. É certo que faltou levantar a autodeterminação dos povos, que só pode ser obtida pela revolução proletária. Bandeira essa que o POR empunhou em suas faixas e no seu manifesto (ver última página deste jornal).

É importante denunciar o papel das direções da CUT e da

Dia Internacional da Mulher em Mossoró

No dia 5 de março, o movimento feminista local (Centro Feminista 8 de março –CF8) promoveu uma passeata em comemoração ao dia da mulher. A manifestação foi antecipada porque algumas mulheres do movimento iam para São Paulo para participar do ato de lançamento da “Carta para a Humanidade”, reivindicando “paz, fraternidade, respeito e igualdade”.

A passeata, dirigida pela CF8, com maioria de militantes da Democracia Socialista (DS), contou com a participação de mulheres do MST, camponesas e organizações de bairro.

Porém, a manifestação não fez nenhuma crítica ao governo e à política neoliberal. As palavras de ordem eram despolitizadoras e reacionárias. Vejam a que ponto chegaram as feministas da DS: “João cozinhe seu feijão, José cozinhe se quiser”; “Feminismo pra frente e machismo pra trás”; “Cuidado seu machista, que a América Latina vai ser toda feminista”.

Essas palavras de ordem transportavam a opressão da mulher ao homem trabalhador, pobre e nordestino. Não denunciavam a sociedade de classe, como a responsável pelas raízes da opressão. Centrar o protesto na reivindicação de que os homens assumam as tarefas domésticas é livrar o Estado burguês da responsabilidade pelas políticas sociais, entre elas, creches, restaurantes e lavanderias coletivos e gratuitos etc.

A direção do movimento (DS) pratica o feminismo para acobertar a opressão, que é de classe e não de gênero.

Os explorados (homens e mulheres) devem fazer parte da mesma luta que é contra o capitalismo. Somente uma nova sociedade, sem classes sociais, poderá pôr fim a todo tipo de opressão, entre elas a que recai sobre a mulher.



UNE, que boicotaram o ato. Certamente, com o apoio das maiores organizações de massa dos trabalhadores e dos estudantes, poderia haver uma convocação mais ampla e uma manifestação maior, como aconteceu nos anos anteriores. As direções petista e estalinista estão empenhadas em sustentar o governo Lula e sua política antinacional e antipopular. Apóiam inclusive a ocupação militar do Haiti, realizada por tropas enviadas pelo governo do PT.

A resistência da população iraquiana cresce a cada dia. Seu maior obstáculo são as direções nacionalistas, que têm como objetivo a preservação de sua influência local. Quando a insurgência popular consegue derrotar as tropas de ocupação, logo o imperialismo negocia com o nacionalismo um acordo que inviabiliza a unidade nacional antiimperialista. Falta o Partido Revolucionário, que expressa a independência de classe, para que as massas avancem para a revolução proletária, única via de conquistar a real autodeterminação.

Governo do PT/Lula e oposição burguesa já iniciam disputa eleitoral de 2006

A derrota do governo na eleição do Presidente da Câmara dos Deputados, a impossibilidade de votar a Medida Provisória 232 (de mais impostos sobre a classe média) e as dificuldades em fazer andar as reformas educacional, sindical e trabalhista alimentaram a crise política e obrigaram o governo a buscar a ampliação do apoio das frações burguesas nos partidos.

Por outro lado, a paralisia do governo alimenta o ímpeto da oposição burguesa em antecipar a disputa eleitoral. Assim, o PFL e o PSDB saíram com seus candidatos nos meios de comunicação para posarem de bons administradores. O governo respondeu com a intervenção na saúde pública municipal do Rio de Janeiro, com a propaganda da obra de extensão do Rio São Francisco para o sertão nordestino e com mais ofensiva nos meios de comunicação ao redor da redução formal do desemprego.

As frações burguesas mais próximas ao governo e à sua política têm pressionado pela reforma ministerial. As gangues burguesas pretendem aumentar sua fatia no orçamento estatal e sua influência política no governo. O governo do PT/Lula vai seguindo o caminho de aumentar a dependência e submissão às frações capitalistas de todo tipo. Com a vitória do deputado Severino, o PP mafioso passou a reivindicar mais dois ministérios (com a presidência da Mesa da Câmara, condiciona a tramitação dos projetos do governo a mais concessões). A disputa interna do PMDB é o pretexto para a ala governista exigir a entrada de Roseane Sarney na Administração Lula. Os demais "aliados" querem a redução do número de petistas nos cargos de primeiro escalão e o encolhimento do PCdoB, que fracassou na Articulação Política.

A oposição burguesa articula a sucessão presidencial. Não pode deixar de votar favorável aos projetos do governo, pois trata-se da aplicação da mesma linha neoliberal ditada pelos organismos

do imperialismo e aplicada pelo governo FHC. E que certamente será seguida pelo futuro governo eleito. Mas têm de expressar a contradição com o governo de origem não capitalista.

As frações burguesas opositoras reclamam das altas taxas de juros e favorecimento do capital especulativo, em detrimento daquele ligado à produção. Temem as conseqüências futuras da política de endividamento do governo, que podem levar o país à insolvência sob a direção de um governo que não saiu das entranhas da burguesia e, portanto, não se sabe bem a que pode levar numa situação semelhante à vivida pela Argentina em 2001. Trabalha para uma reorganização das frações burguesas sob a batuta das frações burguesas vinculadas ao mercado interno, também submissas ao imperialismo. Pressiona o governo para que tome as medidas mais repressivas contra os movimentos, em particular contra os sem-terra. Ajuda as frações direitistas a pressionarem o governo em relação aos pontos que mostre vacilação na defesa dos interesses capitalistas, como na reforma universitária.

O PFL, que tinha a vantagem de ter um prefeito com altos índices de aprovação e uma reeleição majoritária, tentou lançar César Maia como o bom administrador a suceder Lula. Mas o governo federal decretou a intervenção nos hospitais municipais (antes federais) para mostrar toda a podridão da administração peefelista: dinheiro da saúde jogado no mercado financeiro enquanto os hospitais fechavam leitos e portas. O governo Lula, que tem reduzido em um ano as verbas da saúde, faz pose com a intervenção, que utiliza até mesmo os hospitais de campanha do exército para demonstrar o grau de calamidade da saúde da prefeitura de César Maia.

O PSDB de Geraldo Alckmin tem feito a mesma campanha do PFL nos meios de comunicação. Tem a seu favor o fato de estar no governo paulista há mais de dez anos, administrando a disputa das

frações burguesas. Resta saber se será capaz de fazê-lo nacionalmente, com as dificuldades de estabelecer a unidade nacional das mais diversas frações oligárquicas, que incluem as mais atrasadas e com grande importância no interior do Estado burguês. Hoje, o governo do PT/Lula ainda é do agrado do capital financeiro internacional, dos bancos e das oligarquias regionais. E contém os movimentos sociais através do controle burocrático das organizações de massa.

A capacidade de articulação das frações burguesas pelo governo do PT/Lula depende da possibilidade de aprovação das reformas neoliberais, antinacionais e antipopulares, que favorecem a lucratividade artificial do capital diante da desintegração do modo de produção capitalista. Ou seja, da aprovação da mercantilização plena da educação pela reforma universitária; da liberação da superexploração do trabalho a ser obtida com a reforma trabalhista; da aprovação da reforma sindical, que ampliará a estatização e centralização burocrática das organizações de massa; e assim por diante. Ou seja, o destino do governo do PT/Lula está em sua capacidade de aumentar a ofensiva capitalista sobre as condições de vida e trabalho das massas.

É por isso que ganham importância as tarefas de defesa integral das reivindicações das massas, que se opõem à ofensiva capitalista; da denúncia do governo do PT/Lula com a exigência de cumprimento de suas promessas às massas; do impulso aos movimentos sociais que se chocam objetivamente com o governo, a burguesia e o imperialismo; do combate pela destruição das direções burocráticas que arrastam as massas a seguirem as frações burguesas e o governo; da construção do partido operário revolucionário, instrumento que expressa a independência política dos explorados contra os exploradores e a luta pela revolução proletária.

Rechaçar a Reforma sindical estatizante e intervencionista

A Reforma Sindical do governo PT/Lula e da cúpula dirigente da CUT é intervencionista e autoritária.

O Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, alega a necessidade de modernização da estrutura sindical, cujas características remontam à época varguista. Usa a crítica do controle fascizante do Estado, como regulamenta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT-1943), para elaborar um projeto substitutivo que recrudesce o controle do Estado sobre a estrutura do sindicato e sua vida social.

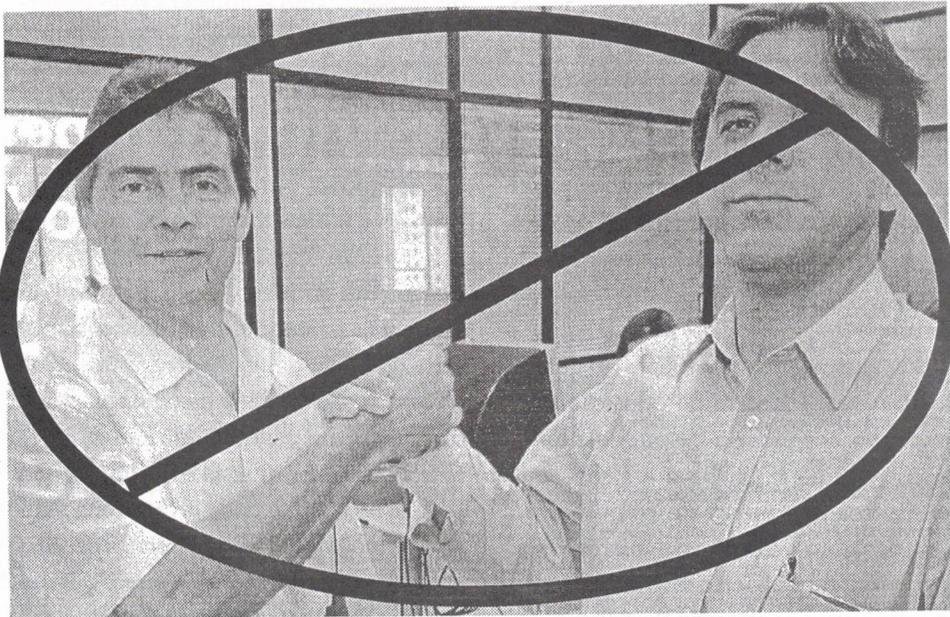
A colaboração da direção da CUT, que serve de correia de transmissão da política do PT no movimento sindical, com esse monstro se explica pelo fato de reforçar a burocratização e perpetuar a dinastia de burocratas, que tomou o lugar dos interventores da ditadura militar.

O presidente da CUT, Luiz Marinho, diz que a nova legislação permitirá acabar com os sindicatos fantasmas, criados pelo imposto sindical. Na verdade, arrumou-se uma fórmula de arrecadar muitas vezes mais com a tal da contribuição negocial.

Um outro argumento é o de que a CLT restringe a liberdade sindical. De fato, restringe. Porém, o projeto de reforma aumenta as restrições. De um lado, o Estado se torna mais amparado legalmente para agir contra a luta da classe operária e demais trabalhadores pela democracia e independência dos organismos sindicais; de outro, a burocracia passa a ter poderes emanados do Estado para criar sindicatos, dividir os que já existem, segundo sua política estatizante e seus interesses materiais.

A legalização das Centrais Sindicais não expressa a conquista organizativa dos trabalhadores, sob princípios e práticas de independência e democracia sindicais, mas sim a concessão do Estado à casta dirigente, que necessita de poderes legais para consolidar o centralismo burocrático e autoritário.

Historicamente, a Central Sindical surge como uma necessidade de centralização do movimento dos trabalhadores, para superar a fragmentação e os



limites corporativos dos sindicatos. A criação da CUT resultou de um amplo movimento social, tendo à frente as greves operárias. A recuperação dos sindicatos, que estavam sob o comando da ditadura militar, por meio da unificação dos trabalhadores em torno de reivindicações, e o uso da greve contra o capital edificaram a CUT.

Não por acaso, os primeiros congressos da CUT contaram com ampla representação operária. Mas, gradativamente, foram restringindo-se a uma minoria de representação de base e ampliando-se uma maioria de dirigentes sindicais, que ganhavam coesão de casta burocrática. A transformação da CUT, apoiada nos congressos de base para uma CUT apoiada nos congressos de burocratas, substituiu prematuramente a forma de centralização democrática pela forma centralista-burocrática.

Não é compreensível esse fenômeno se desconhecermos que reflete a consolidação da rede de dirigentes dos sindicatos, que rapidamente se adaptaram às pressões do patronato e, inclusive, da burguesia imperialista.

A ação política desses dirigentes se voltou contra a natureza de classe dos sindicatos e seus métodos de luta. Não se trata de uma nova política. A atuação para que os sindicatos se transformem em instrumentos de colaboração de classe é expressão histórica de uma tendên-

cia política de sindicalistas adaptados e corrompidos pelo poder econômico. Somente a explicação dada pela própria burocracia parece ser nova.

Encontramos os argumentos favoráveis ao sindicato corporativo e colaboracionista nas reformulações implantadas no interior da CUT pela corrente lulista. Trata-se da fundamentação ideológica e da defesa do sindicato orgânico.

Já faz algum tempo que os dirigentes da CUT se colocaram por uma reforma sindical, anunciada sob o governo FHC. Estabeleceu-se um vínculo entre a reforma sindical e a trabalhista. A burguesia internacional (capital financeiro e multinacional) e o patronato nacional argumentam que novas condições surgiram na economia mundial. Ou seja, "globalização" e "reestruturação produtiva". Consequência: as economias dos países de capitalismo atrasado, semicoloniais – o Brasil é cotado como "emergente" – têm de fazer uma reestruturação trabalhista.

A cúpula dirigente do sindicalismo brasileiro, em aparente contrapartida, advogou a reforma sindical, que deveria antecipar a trabalhista. A verdade é que os capitalistas esperavam mudanças na lei sindical, de forma a torná-los mais frágeis perante o ataque generalizado ao emprego e salário, bem como perante a necessidade de eliminar direitos trabalhistas.

Concretamente, como foi assimilada a exigência de reformas do grande capital, que tem como porta-voz o FMI/BIRD/BID/OMC/ONU?

Governos, partidos, dirigentes sindicais e a grande imprensa transformaram-na em uma grande campanha pela "flexibilização" do trabalho. A CLT, que não é uma maravilha para os trabalhadores, mas que contém conquistas dos assalariados, é tomada como uma trava para a tal das novas condições econômicas. O que quer dizer que os capitalistas querem revogar as concessões do passado, obtidas pelos trabalhadores por meio da luta de classe.

O governo FHC não fez a reforma sindical/trabalhista pretendida, mas deu um grande passo com a legislação que precariza as relações de trabalho em favor dos exploradores. O que fizeram os burocratas do PT e da CUT? Passaram a ser negociadores das medidas de flexibilização. Serviram imediatamente às montadoras, que demitiram em massa, reduziram salários, terceirizaram setores inteiros e utilizaram os contratos com redução de direitos.

A Oposição Metalúrgica denominou-os de "Acordos Malditos".

Foi também no Sindicato Metalúrgico do ABC - coluna vertebral do PT e da CUT - que primeiro aplicou o sindicalismo orgânico. Eliminou praticamente as campanhas salariais unificadas, aceitou a fragmentação imposta pelo sindicato patronal e arquitetou acordos sob o princípio da flexibilização da CLT, que pressupõe o primado do "negociado sobre o legislado". Assimilou, assim, as exigências do grande capital e os argumentos da reestruturação produtiva. Pôs em prática o vínculo entre a reforma sindical e a trabalhista, que a burguesia e seu Estado criaram.

A burocracia fez acompanhar à sua adaptação ao capital multinacional uma reforma dos estatutos dos sindicatos. Sempre em nome da democracia, implantou mecanismos que servem de perpetuação da dinastia lulista. Aboliu a eleição direta de chapas. A direção passa a ser constituída por representantes de comitês sindicais e votada em seguida, numa forma plebiscitária. Por esse mecanismo, a eleição passou a ser com chapa única. Isso por que jamais uma oposição classista poderá ter maioria nos

comitês sindicais. Para constituí-los, é preciso o acordo da empresa. Esse acordo só é obtido pela direção do sindicato dócil e colaboracionista. Está aí a máscara da democracia dos comitês para o monolitismo burocrático e autoritário.

É importante relatar esses antecedentes para entendermos que o projeto de Berzoini/Bargas/Marinho/Skaf reflete, em sua essência, medidas já aplicadas.

Os sindicalistas da CUT e o PT, que prometeram um governo que iria democratizar o Estado e o país, não só mantêm a lei anti-greve como a aperfeiçoam como instrumento do patronato contra os trabalhadores. Mantêm e ampliam a obrigatoriedade do sindicato comunicar ao patronato o início da greve. Um aviso que serve para o explorador ter tempo para usar seu poder interno à empresa e externo (governo, Justiça, polícia) para golpear o movimento. Legaliza a forma de quebrar a greve por meio da exigência de manter os "serviços necessários à retomada das atividades". Estabelece o direito do patrão contratar trabalhadores para ocupar aquilo que julga necessário para manter "a retomada das atividades". Põe nas mãos da burocracia a determinação estatutária de "número mínimo" de trabalhadores para decidir a greve. Protege os fura-greve, comuns em todo movimento e muito utilizados pelo patrão. Estão impedidos os piquetes e bloqueios de entradas, caracterizados como atentado ao direito individual e à propriedade. Combinando o poder do patrão, a pressão da Justiça e da polícia - não considerados atos violentos contra os grevistas - o direito individual é uma arma para destruir a greve.

Está claro que a lei anti-greve do projeto é mais violenta que a anterior. Age para enfraquecer a natureza coletiva do movimento grevista e, na correção de força, para favorecer o poder econômico. Qualquer greve, nestas condições, nasce derrotada.

Os trabalhadores não poderão respeitá-la, se quiserem defender seriamente suas reivindicações e direitos. Será motivo para o Estado intervir com a espada da Justiça e as armas da polícia.

Nessa reforma, por meio do governo Lula e da burocracia sindical, a classe capitalista retira da classe operária a soberania de decisão sobre os sindicatos e a CUT.

Os sindicatos surgiram da revolta espontânea do proletariado contra a exploração e opressão da burguesia. Assim ocorreu na Inglaterra, berço do sindicato; semelhantemente se passou no Brasil até o intervencionismo do Estado Novo de Vargas. A legislação getulista demonstrou que o Estado atua no sentido de disciplinar e neutralizar os sindicatos como instrumentos independentes e democráticos dos trabalhadores. Antes mesmo de se estabelecer um sistema mais acabado de estatização dos sindicatos, a burguesia exigiu de seu governo uma lei antigreve.

A substituição do intervencionismo varguista pelo intervencionismo lulista - de quem menos se esperava - comprova a lei da luta de classe. Ou seja, a classe dominante não pode permitir liberdade sindical.

A maior estatização dos sindicatos/CUT, pelo projeto do PT/Lula, da burocracia e dos representantes patronais, indica que o desenvolvimento da forma monopolista do capital e com ela o avanço interno do capital internacional agudiza o antagonismo entre os explorados e exploradores. Esse fenômeno estrutural se expressa na política da burguesia frente às organizações sindicais. Age em duplo sentido, de um lado, corrompe a burocracia sindical, submetendo-a aos seus interesses; de outro, aperfeiçoa as restrições às liberdades sindicais e à independência.

A democracia do Estado faculta apenas a liberdade à classe dominante, por meio de seus partidos, do parlamento e do judiciário. As organizações dos trabalhadores são disciplinas por essa liberdade, que emana do direito burguês de propriedade e exploração do trabalho.

As massas trabalhadoras têm de rejeitar mais esse ataque à democracia e independência sindicais. É preciso constituir uma direção programática, combatendo a estatização e burocratização dos sindicatos. Enfrentando os ataques econômicos, sociais e políticos dos governos serventes do grande capital.

Ao contrário de se tomar a burocratização da CUT e a reforma totalitária do governo como motivos para a divisão da Central, a tarefa é a de construir as frações classistas no seio do movimento social e no interior dos sindicatos e da Central.

Encontro Estadual do Conlute em São Paulo

No último dia 20/03 se realizou o Encontro Estadual do Conlute em São Paulo, que reuniu cerca de 70 estudantes de diversos cursos pelo Estado, de universidades públicas e particulares. O POR atuou com o panfleto abaixo e defendeu que o Conlute se organizasse como frente única de luta, tendo como prioridade neste momento o combate à reforma universitária privatista e destruidora do ensino público do governo do PT/Lula. Mostramos como houve uma mudança na situação desde o encontro nacional de dezembro passado, pois aconteceu uma verdadeira campanha da direita burguesa de críticas a uma série de aspectos da reforma do governo, na verdade exigências de que essa reforma seja mais explícita naquilo que já é sua essência, ou seja, o favorecimento do ensino privado. A essa campanha, o governo reagiu mostrando disposição de negociar as reivindicações dos capitalistas, e a UNE passou a se colocar pela aprovação integral da proposta governamental. Dessa forma, o combate à reforma universitária no seu conjunto, pois ela é integralmente privatista e destruidora do ensino público, está em aberta contradição com a política da direção majoritária do movimento estudantil, que é

colaboracionista com o governo. O destino da reforma, para o PCdoB, é a sua negociação no parlamento manejado pela burguesia. Para os estudantes, trata-se de combatê-la a partir de suas necessidades mais imediatas, pelo caminho da ação direta, da mobilização.

Discutiu-se também um calendário de mobilização, que terá como ponto central a semana de luta a partir de 28 de março, que é parte do calendário nacional do Conlute. Essa semana será muito importante, porque estará em oposição à convocação da marcha do PCdoB a Brasília, na qual defenderá a Reforma do governo. Em todos os locais em que o Conlute atuar, se esforçará para realizar paralisações, atos e passeatas contra a reforma universitária e chamará as entidades que não estão no Conlute para uma unidade pelo combate à reforma universitária do PT/Lula.

O fato do Conlute não convocar uma manifestação paralela à da UNE demonstra que ainda representa um setor minoritário do movimento estudantil. A maioria está sob a direção da UNE, que tem grande influência nas faculdades privadas, majoritárias no país. Essa avaliação é comum ao POR e ao PSTU. No entanto, para o PSTU, coloca-se a divisão da UNE (desfiliação). Para o POR, a desfiliação

é um erro porque divide a organização estudantil e fortalece a burocracia que a dirige, preservando a maioria dos estudantes sob a sua influência e de sua política.

Durante o debate de calendário, a corrente Estratégia Revolucionária criticou o POR por ser contra a divisão da UNE, e criticou o PSTU por dividir a CUT. afirmou concordar com o POR na avaliação de que a UNE está burocratizada e com política governista há muitos anos, que isso não justificaria a divisão. Mas diverge no fato de que a UNE dirige a maioria dos estudantes. Caracterizaram a UNE como uma “casca vazia”, sem representação. Ao contrário da CUT, que ainda representaria os trabalhadores e por isso não deveria ser dividida, como quer o PSTU.

Como se vê, os motivos dos que defendem erradamente a divisão da UNE são distintos: O PSTU pensa na disputa no interior do aparelho, que julga inviabilizada no interior da UNE e CUT. O ER desconhece a grande influência da política assistencialista e conciliadora da burocracia estalinista sobre a maioria dos estudantes.

O POR atua no Conlute e Conlutas com a mesma política: defesa da frente única de luta e contra o divisionismo aventureiro.

Uma Conlute de frente única e não de divisão da UNE

Está claro que a posição de rompimento com a UNE é o objetivo fundamental da Conlute. A frente única proposta está condicionada por esse objetivo.

No encontro nacional de Porto Alegre, apresentamos nossa divergência quanto à divisão da UNE e defendemos que a Conlute se constitua numa frente de ação e de combate à direção estalinista/petista (PCdoB/PT). Achamos que é obrigação revolucionária lutar até o último momento para que não se efetive a cisão e que a Conlute cumpra a tarefa de impulsionar a formação de uma fração revolucionária no interior do movimento estudantil, atuando como oposição à direção burocrática-autoritária da UNE.

A Conlute mostrou que pode servir de instrumento de mobilização contra as reformas pró-imperialistas do governo PT/Lula. O crescimento dessa capacidade, por meio de campanhas sistemáticas, e por uma melhor organização de base, fortalecerá uma oposição revolucionária à direção da UNE. Colocará uma cunha entre os estudantes e a burocracia submetida ao governo e ao Estado. A experiência da Conlute mostra que o primeiro passo, nesse sentido, foi tomado. Permitiu uma frente única de todas as correntes que rejeitam integralmente a reforma do ensino superior,

contrapondo-se à posição pró-governamental da direção da UNE e mostrando aos estudantes o papel traidor do PCdoB/PT.

Sem dúvida, os estudantes tendem a rejeitar o projeto do Ministro Tarso Genro. Nos embates em torno da reforma, fica cada vez mais clara a orientação da política educacional privatizante e mercantilista. A colaboração da UNE com o governo e seu apoio ao projeto do MEC favorece nosso trabalho opositor e a tarefa de desmascarar a política de adaptação ao capitalismo e ao imperialismo do PCdoB/PT.

Por isso, estamos convictos de que o chamado da Conlute a romper com a UNE é um grave erro. Os estalinistas e os petistas se sentirão totalmente livres com a saída das correntes, dos ativistas e da parcela estudantil mais politizada e organizada. A maior parte dos estudantes continua despolitizada e dispersa, o que favorece a ação da direção estatizante da UNE.

Temos a certeza de que a divisão da UNE e a criação de uma nova entidade não ajudarão na tarefa de soldar a vanguarda combativa à grande maioria hoje desorganizada pela política do reformismo petista e do burocratismo estalinista. Pelo contrário, a cisão separará a vanguarda da maioria e dificultará a luta pela derrocada das

direções pró-capitalistas.

O argumento de que a UNE passou de “obstáculo para as lutas do movimento estudantil” para a condição de “braço do governo no movimento estudantil”, para justificar o rompimento com a UNE, mais obscurece do que clareia a questão da direção burocrática e a tarefa de derrubá-la. Há uma confusão entre a UNE como organização histórica dos estudantes com a sua direção.

Os defensores da ruptura, tendo à frente o PSTU, demonstram que “não é de hoje que a UNE é um obstáculo para as lutas do movimento estudantil”. O que é verdade. O PCdoB caracterizou o governo burguês de Itamar como nacionalista e progressista e levou a UNE a apoiá-lo. O PCdoB não fez senão pôr em prática a política do estalinismo de apoio a governos ditos nacionalistas. Pior ainda: fez do governo Itamar nacionalista, quando este era pró-imperialista, tanto é que abriu a fase das reformas neoliberais. Sob o governo FHC, manteve a UNE paralisada quando o governo aplicava em profundidade as medidas ditadas pelo FMI, inclusive na educação.

Como se pode ver, o que está em questão é a política da direção estalinista e petista e não a organização histórica dos estudantes. Mas os defensores da ruptura têm um argumento, que julgam decisivo

para propô-la. Diferentemente do passado, "a UNE passou a compor o governo através do PCdoB e do PT, ajudando a elaborar a reforma universitária (...)"

Isso também é verdade. A direção da UNE é um dos pilares de sustentação do projeto mercantilista do MEC. Expressa a integração do PCdoB no governo do PT/Lula. O que não achamos correto é a conclusão de que houve uma mudança de essência, como está afirmando a defesa da ruptura. A passagem da política de colaboração com governos burgueses anteriores, em raros momentos esboçando críticas oposicionistas, para a integração ao governo do PT é uma mudança de grau e não de essência. Amanhã, o PT poderá perder a presidência da república para o PSDB (ou outro partido) e a direção da UNE voltar à posição anterior de colaboração e oposição consentida e circunstancial.

Não se pode desconhecer que a integração da UNE ao governo, por meio da política do PCdoB e PT, se dá na situação em que não só a massa estudantil mas também a maior parte da população oprimida se iludiram com a possibilidade de um governo de reformas populares. O próprio

PSTU fez parte desse processo ao chamar o voto no PT no segundo turno.

As ilusões começam a se desmoronar frente aos ataques do governo e o não cumprimento de suas promessas, mas apenas começam a se desmoronar. É sobre essas ilusões ainda vigentes que a direção da UNE se comporta como correia de transmissão do governo. Por outro lado, a desilusão inicial atinge uma camada que tende a se radicalizar. É nessa camada que o PSTU e outras correntes se apóiam para pôr em prática a divisão da UNE. Aqui se comete o erro.

A tarefa revolucionária é a de dar expressão político e organizativa a essa camada estudantil avançada por meio da mobilização independente e contrapô-la à direção governista, de forma que se movimente e politize a maioria. A situação é favorável à constituição de uma fração programática opositora ao colaboracionismo, voltada a recuperar a UNE para a independência frente ao Estado e reconquistar a democracia das massas. A ruptura, ao contrário, desvia a tarefa de combate interno e externo à direção estalinista e petista.

É preciso ter claro que a direção da UNE a levou a tal grau de estatização porque as

correntes reformistas e estalinistas controlam a maior parte das organizações de base. Mas as condições começam a favorecer a luta pela independência e democracia nos organismos de base. Por meio do trabalho de pôr em pé as organizações de base nas Universidades e ligá-las ao movimento social do proletariado e dos camponeses pobres, é que iremos ajudar a maioria a rechaçar a política colaboracionista e recuperar a UNE, colocando à sua frente uma nova direção.

Convencidos dessa posição, o Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária da Educação vêm a esse Encontro defender os seguintes pontos:

1. Que a Conlute se constitua numa frente única de ação e de oposição revolucionária à direção da UNE;
2. Que a Conlute supere a posição de divisão da UNE;
3. Que a Conlute se lance a constituir os comitês de base em todas as Universidades;
4. Que a Coordenação passe a expressar a representação dos comitês frentistas;
5. Que a campanha contra as reformas do governo reflita a constituição da frente única de luta.

Camponeses lutam pela terra em Rondônia

Desde abril de 2004, várias famílias do MST que marcharam 400km, durante um mês, estão acampadas em frente a sede do INCRA em Porto Velho. Eram de quatro acampamentos: Maré Cristina, Tche Guevara, Antônio Conselheiro e Emerson Rodrigues. Mas agora, fevereiro de 2005, só restam parte de três acampamentos.

Uma das principais reivindicações é o assentamento das famílias acampadas. O INCRA vem enrolando. Em abril completa um ano em que esses camponeses esperavam na frente do INCRA. Como não se bastasse o sofrimento dessas famílias, numa das últimas reuniões com o superintendente do INCRA, o petista Olavo Nienvov, que já foi membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ameaçou despejar os acampados. Os camponeses acampados vêm passando muitas dificuldades (falta de leite, comida e escolas) e expostos a todo tipo de doenças (dengue e malária).

Depois de todo esse tempo, querem oferecer terras inóspitas e sem condições de sobrevivência. Prometeram levá-los para uma terra a 600 km da capital, sem recursos para produzir e escoar o excedente. É bom lembrar que esses camponeses já não suportam tantos anos de espera debaixo de lonas. Boa parte deles se encontra há mais de 7 anos e a maioria tem mais de 40 anos de idade.

Como se vê, o governo do PT/Lula,

que prometeu a reforma agrária, continua com a mesma política de FHC. Os assentamentos são a conta-gotas. As terras oferecidas, como essas de Rondônia, são impeditivas aos camponeses. Está aí por que dizemos que a conquista da terra e o atendimento das reivindicações dos camponeses implicam o combate aos latifundiários e aos governos subservientes.

120 famílias do MST estão na mira do despejo

Enquanto representantes dos três acampamentos resistem em frente ao Incra, o restante dos camponeses do acampamento Che Guevara, no município de Alto Alegre dos Parecis, enfrentam a ordem de despejo solicitada pela família Morimoto.

O latifundiário Antônio Morimoto (partido PMN), que se auto-proclama defensor dos pobres, é um ex-parlamentar e Secretário de Estado, que se candidatou a prefeito de Porto Velho nas últimas eleições. O demagogo Morimoto chegou a comparecer nos sindicatos, como no Sintero, para fazer discursos pela causa dos pobres. O tal defensor dos oprimidos é o que exige da Justiça o direito privado da terra às custas da expulsão dos camponeses pobres.

Porém, o próprio INCRA pôs em dúvida a legalidade das terras de Morimoto. Mas a juíza Sandra Beatriz Merenda, da co-

marca de Alta Floresta, dá direito de reintegração de posse da terra para a família Morimoto. O superintendente do Incra, diante do descalabro, propõe a retirada da ação de despejo e fala em condições de desapropriação da área.

Está aí mais um exemplo de terra grilada e que o latifundiário usa a Justiça para desejar os camponeses. Os sem-terra devem exigir a expropriação da terra, sem nenhuma indenização, e a entrega dela para os camponeses que a ocuparam. Além da terra, é necessário recursos econômicos para que possam trabalhar.

Organizar a resistência

Os camponeses do acampamento Che Guevara colocaram a terra para produzir. Em 2004, produziram 4 mil sacas de arroz, 12 mil de feijão e 16 mil de milho. As estatísticas oficiais indicam que essa produção faz parte de 20% do PIB do município. São camponeses que estão sendo ameaçados de despejo.

O latifundiário Morimoto e a polícia estão mobilizando 450 soldados para executarem a ação da Justiça.

A defesa dos camponeses depende da unidade com outros setores explorados. O isolamento favorece a ação repressiva. Não há outro caminho senão construir os comitês de auto-defesa.

Rio Grande do Norte

Direção é obrigada a encaminhar a luta de rua

Os trabalhadores em educação no RN continuam em greve, mesmo com a burocracia do SINTE utilizando todos os artifícios para destruí-la. Depois de algumas semanas sem atividades e com poucas reuniões do comando de greve, altamente burocratizadas, os professores começaram a perceber que a pelegada da direção do Sinte estava apostando na desmobilização do movimento, já que eles não encaminhavam as deliberações das assembléias. Atividades (por exemplo: atos nos bairros), que levassem a um confronto direto com a sua aliada a governadora Vilma/PSB, não eram encaminhadas.

Na assembléia realizada no dia 8 de março a Oposição Unificada (POR/PSTU/FT) conformada como frente única de luta da CONLUTAS atuou com um boletim unificado e as intervenções denunciaram as manobras da direção e sua incapacidade política de enfrentar o governo que faz parte da aliança do PT em nível nacional e local.

Por ampla maioria, conseguiu-se

aprovar uma manifestação para colocar a greve na rua. A burocracia, que dirige o SINTE, foi obrigada a convocar a Oposição Unificada para negociar uma proposição de data e hora.

Professores/pais/funcionários/ alunos bloqueiam br contra a vontade da direção do SINTE

No dia 10 de março, os trabalhadores em educação realizaram uma concentração em frente ao CEFET com o apoio e participação dos pais e alunos. De lá marchou-se em direção a governadoria, eram em torno de 800 pessoas no protesto. A burocracia do Sinte tratou logo de se apossar do carro de som para proibir a oposição de falar e ter o controle do protesto. Negociou com a polícia que o movimento não iria atrapalhar o trânsito e que ocuparia apenas uma parte da BR. Enfim, tudo deveria ser "pacífico e ordeiro" como queriam a governadora e os deputados do PT (Fátima Bezerra e Fernando Mineiro).

Contra o pacifismo o colaboracionismo da direção aliada de Vilma, a Oposição Unificada, mesmo sem ter acesso ao carro de som, conseguiu no percurso da marcha fechar as duas faixas da BR. Em frente a entrada da governadoria, a Oposição Unificada finalmente junto com aqueles que queriam lutar de verdade bloqueou a BR-101 e recebeu apoio da população.

À burocracia traidora do Sinte só restou usar o carro de som para fazer demagogia e pedir para não ir à governadoria, pois "o recado já tinha sido dado".

Como se vê, a burocracia é contra as reivindicações e os métodos dos trabalhadores da educação. É aliada e comparsa de Vilma e Lula nos ataques contra as condições das massas.

Aí está a importância da CONLUTAS como frente de ação para lutar em defesa das reivindicações dos trabalhadores e contra a burocracia pró-governista.

A Conlutas no RN

O Partido Operário Revolucionário (POR), no RN, vem dando um combate a posição divisionista do PSTU dentro do movimento sindical. A linha política de desfiliar os sindicatos da CUT para formar uma nova central sindical (a CONLUTAS), entra em contradição com a realidade objetiva do movimento de massa.

A CONLUTAS já nos mostrou sua importância como uma frente única de luta contra a burocracia sindical, hoje instalada nos sindicatos e subservientes aos governos de Vilma e Lula/PT.

A experiência da luta na educação não é levada em consideração por aqueles que querem dividir o movimento e formar novos aparelhos.

O PSTU e a Fração Trotskista, no subjetivismo, não avaliam os acontecimentos. Um dos argumentos mais utilizados pelas duas correntes é de que a CUT está burocratizada não havendo mais espaço para um trabalho de luta interna.

Não conseguem explicar como a oposição (POR/PSTU/Fração Trotskista) na assembléia para a retirada de delegados para o Congresso da CNTE, obtiveram 179 votos (9 delegados), contra 187 (09 delegados) da burocracia PT/Articulação. Na greve da educação, a oposição/CONLUTAS, em assembléia com a presença de 800 pessoas, aproximadamente, reverteu o eixo da greve defendido pela burocracia, do PCCV para o reajuste salarial, impondo uma derrota sem precedentes para a burocracia do SINTE- PT/PC do B, que vinha há anos alimentado a categoria com a discussão do plano.

Esses fatos são extremamente preciosos para mostrar como a CONLUTAS tem avançando sobre a burocracia e tem feito um trabalho de frente única das oposições, barrando e dificultando o trabalho da direção traidora do SINTE-RN nos seus intentos. Essa situação de disputa no interior dos sindicatos consequentemente irá refletir na CUT. No

embate cotidiano com a burocracia, os fatos concretos vão desmontando os argumentos subjetivistas do PSTU e Fração Trotskista feitos por cima da luta de classes.

O POR trabalha para barrar a política aventureira-divisionista do PSTU/FT de transformar a CONLUTAS numa nova central sindical, deixando claro que a política correta é de reforçar o papel da CONLUTAS como uma frente única das oposições contra o governo e a burocracia sindical, que essa atue no interior dos sindicatos e da CUT como fração revolucionária defendendo a democracia operária e a independência dos organismos de luta da classe trabalhadora frente aos governos, exigindo que o governo Lula/PT cumpra suas promessas de campanha, para ajudar os trabalhadores a romperem com as ilusões, denunciando e se contrapondo as reformas neoliberais desse governo através do método de ação direta.

Professores-SP

A Corrente Proletária interveio na assembléia defendendo as propostas do boletim que segue abaixo. A burocracia da Apeoesp não trabalhou para que a assembléia fosse massiva. Ao contrário, a maioria das escolas nem recebeu os cartazes de convocação. Diante de uma assembléia esvaziada, mas radicalizada, foi obrigada a marcar nova assembléia para o dia 20 de abril.

A campanha salarial dependerá da mobilização para essa assembléia. Não podemos permitir que a burocracia enterre mais uma vez nossa luta pelas reivindicações.

Uma campanha salarial para derrotar a política de arrocho e desemprego do governo

Desde a greve de 2000 que não temos uma campanha salarial para valer. A diretoria anuncia a campanha e, em seguida, se encolhe. Usa de todos os meios para desgastar o movimento dos professores. Convoca assembléias e não mobiliza as escolas, radicaliza nos discursos e propõe sempre esperar as possíveis negociações entre o sindicato e o governo e, quando esvazia as assembléias, diz que o professorado não quer lutar. Com isso, o governo reúne forças para manter os salários arrojados e continuar com as medidas de contenção dos recursos à educação pública. E, como não há resistência coletiva, uma parcela dos educadores se torna refém da política educacional dos governos e correia de transmissão da orientação privatista da reforma do ensino.

Nessa campanha, temos dois obstáculos a vencer: o governo e os colaboracionistas da diretoria da Apeoesp. Não falamos do CPP e outras entidades porque sequer convocam assembléias, são ultra-pelegos.

Temos uma força que une a maioria do professorado, que são as reivindicações e o método para alcançá-las. Dentre as reivindicações, destacamos três que são vitais:

1. O reajuste imediato dos salários. O reajuste atinge todos: aposentados, pensionistas e os que estão na ativa. O bônus é um recurso do governo para não reajustar os salários e não pagar os encargos sociais. É, portanto, uma armadilha para iludir os professores. Com isso, são dez anos sem correção salarial. Sabemos que a luta por elevar o valor da força de trabalho é uma proteção (no presente e no futuro-quando da aposentadoria) dos trabalhadores diante da crescente exploração patronal e aumento do custo de vida.

2. Emprego a todos. Para isso, é preciso lutar contra a reforma educacional que fechou escolas, turnos e salas de aula. Reabertura de todas as escolas, turnos e salas fechadas. A municipalização não trouxe mais emprego. Ao contrário, demitiu milhares de profes-

sionais da educação. É necessário defender a redução da jornada de trabalho (sem diminuição no salário) para que todos tenham emprego e retornar a grade de 6 aulas no diurno e 5 no noturno. Limitar o número de alunos por sala para que haja condições de ensino. A reivindicação é de 25 alunos por sala.

3. Defesa de todos os direitos trabalhistas. Isso pressupõe o combate às reformas da previdência, sindical e trabalhista.

A assembléia tem de aprovar a pauta de reivindicação, dar um prazo ao governo e, em seguida, caso não haja resposta, a via para conquistar só pode ser a da greve. Uma campanha salarial verdadeira parte da mobilização das escolas e se coloca pela unidade com outros setores do funcionalismo. Por isso, trabalhamos para que haja uma só campanha de professores do estado e da prefeitura. Uma só luta do funcionalismo. A vitória do movimento está na força coletiva da classe e no combate direto contra os governos.

As nossas reivindicações e os métodos de luta

Há anos que a direção da APEOESP tem centrado suas ações sobre medidas judiciais e sobre reuniões - a portas fechadas - com representantes do Governo Estadual. Ela tem posto em prática métodos desmobilizadores e despolitizados.

As manifestações, passeatas, assembléias regulares e a própria greve, como métodos de ação direta, têm sido descartadas por essa direção. O que não é de se espantar, já que o método de atuação corresponde à política que se defende. Quando se tem uma política oposta aos trabalhado-

res e conciliadora com o governo, como é o caso de nossa direção, a luta deixa de ser importante, e é substituída por outras "vias", como as chamadas "negociações permanentes" (que só alimentam promessas que nunca se realizam).

É necessário ligar as reivindicações aos métodos de luta. Não podemos aceitar o lengalenga da direção do sindicato, que assume uma pauta de reivindicações na campanha salarial, mas se nega a assumir os métodos necessários para vê-la atendida.

O sucesso de nossa Campanha em

2005 depende de que os professores estejam mobilizados, em "luta permanente". Ainda mais porque a situação atual é marcada por uma ofensiva dos governos em destruírem os métodos de luta próprios dos trabalhadores. Não é por acaso que um dos piores aspectos da Reforma Sindical seja a manutenção e agravamento das leis antigrevistas.

O professorado necessita se levantar e assumir os métodos de ação direta, opondo-se à direção do sindicato e aos governos, para arrancar melhores condições de trabalho.

Carta à Oposição metalúrgica do ABC

O debate sobre a Reforma Sindical foi muito proveitoso. O POR e o PSTU demonstraram total acordo quanto à caracterização de que as medidas ali contidas dão maiores poderes ao Estado de intervir e controlar os sindicatos, fortalecem a burocratização e o peleguismo, limitam tanto o direito de greve que praticamente a impossibilita e reforça legalmente o direito da burguesia de colocar a justiça e a polícia contra os grevistas. Enfim, a Reforma Sindical é uma arma do patronato contra os trabalhadores.

E quem elaborou esse projeto contra a independência das organizações operárias, a democracia sindical e o direito de greve? O governo do PT e a direção da CUT, acompanhados pelos burgueses da FIESP etc. Trata-se de mais uma medida que demonstra que o governo Lula e seu partido passaram definitivamente para o lado dos exploradores, a tal ponto de se curvarem diante das multinacionais, do capital financeiro e das potências imperialistas, que comandam o FMI.

A direção da CUT seguiu o mesmo caminho.

Logo mais vem a reforma trabalhista, que já sabemos a intenção de arranjar direitos conquistados e legalizar a "flexibilização do trabalho". Frente a isso, nosso dever é o de organizar os explorados para lutar pela derrubada dessa e de outras reformas do governo PT/Lula. Nós e José Maria do PSTU tivemos total coincidência quanto a tudo isso.

Em sua exposição inicial da Reforma Sindical, José Maria não colocou a conclusão de seu partido que é de romper com a CUT. Fomos obrigados, em seguida, dizer que o POR não concorda com a divisão da CUT. Somente nesse ponto houve o debate.

Consideramos erro grave concluir a partir da burocratização extrema da CUT que a saída é construir outro organismo separado.

E quais foram nossos principais ar-

gumentos?

São eles: 1. Que a grande maioria dos sindicatos ficarão com a CUT; 2. Que a burocratização da CUT expressa o controle dos sindicatos pelo PT e sua burocracia; 3. Que a posição de ruptura com a CUT leva à divisão organizativa para dentro dos sindicatos. Como se vê, são três fortes motivos que mostram o erro ultra-esquerdista e aparelhista do PSTU.

José Maria está convencido que o PSTU vai livrar os sindicatos sob sua direção do intervencionismo centralizador da direção da CUT desfilian-do-se da CUT. Mostramos que acontecerá o contrário: abre caminho para a burocracia levar a divisão nos sindicatos desfilia-dos, retomá-los ou então formar outros amparado no argumento de que o Conlutas dividiu a CUT. A divisão na Federação Metalúrgica de Minas Gerais está em andamento e a aprovação de desfiliação do Sindicato do Ensino Superior (Andes), com quase 90 delegados contra (cerca de 190 a favor), trará inevitavelmente a divisão, que favorecerá o aparelho da burocracia (PCdoB, PT) como a CONTEE.

Como nós, José Maria descreveu a burocratização da CUT. Tivemos acordo em que os Congressos da CUT foram restringidos às direções, sendo que a representação operária de base praticamente foi eliminada. Também é clara a submissão da CUT ao governo PT/Lula. Mas mostramos que não é de agora que isso vem ocorrendo. Há muito a CUT está burocratizada. José Maria parece que concordou com essa nossa demonstração. No entanto, apresentou um outro argumento, que nos pareceu o mais forte de todos.

Explicou que a burocratização eliminou totalmente a possibilidade de se atuar no seu interior, porque, com a eleição de Lula, a CUT passou a ser governo. Concluiu que a diferença agora é de essência. Antes a CUT comparecia como oposição ao governo e que agora

é governo. A estatização e burocratização que eram de grau transformaram-se em essência. Ou seja, antes a CUT era instrumento dos trabalhadores, mesmo burocratizada, agora já não é mais, representa o Estado. Este argumento, como se pode ver, é fundamental. Mas está certo? É verdade que passou a haver uma diferença de essência o fato da CUT ser oposição a FHC e depois passar a ser parte do governo PT/Lula? Dizemos que não.

O que houve foi uma maior burocratização e estatização. Assim, a diferença antes e agora é de grau e não de essência. Vejamos. Sob FHC, a direção da CUT colaborou decisivamente para que fosse implantada a Reforma da Previdência. As pequenas manifestações contra a entrega das estatais para os grandes capitalistas mostraram justamente que a direção petista da CUT seguia a linha do partido de não se opor com luta de massa ao Plano de Desestatização.

O PT dizia que deixou de ser o partido do NÃO, e que passou a fazer uma OPOSIÇÃO PROPOSITIVA, ou seja, que faria emendas aos projetos do governo, votando conseqüentemente neles. Mais ainda: dizia que era preciso garantir a estabilidade política de FHC e que sua "oposição responsável" objetivava logo mais o PT ser governo, o que obrigaria o governo Lula a contar com todos os partidos para governar. Como se vê, a direção da CUT atuou em favor da governabilidade de FHC e se comportou como "oposição" inofensiva e capituladora. Não estava no governo, mas sustentava o governo. Daí para se integrar ao governo do PT foi um passo.

Só formalmente a direção da CUT, e em alguns aspectos inofensivos, fazia oposição. Só formalmente não estava no governo FHC, servia-lhe de sustentação com a máscara oposicionista. A sua política de classe era burguesa e continuou sendo burguesa, agora mais abertamente.

Como se vê, a passagem da CUT “opositora”(capituladora) para a CUT governista é de grau e não de essência.

A essência da política da direção da CUT é burguesa, por isso capitulou diante do governo FHC e acabou integrando-se ao governo do PT. A essência de sua política é de colaboração com os exploradores e de integração da CUT/sindicatos ao Estado, que é o maior poder da burguesia. A explicação de José Maria de que houve uma mudança de essência no fato da CUT participar do governo deixa para trás a explicação de que a essência da política da direção cutista não é operária e sim burguesa. E é por isso mesmo que a CUT seguiu e segue a política burguesa do PT no Estado. Não houve a passagem da água para o vinho que justifique a posição de divisão da CUT proposta pelo PSTU/Conlutas.

Ocorre que a explicação de José Maria tem mais de subjetivismo do que de realidade. Toma isoladamente o fato da CUT se integrar ao governo, deixando de mostrar o conteúdo burguês da política de sua direção, que serviu a FHC e agora a Lula. É preciso entender que a essência de uma política vai se comprovando frente aos acontecimentos. O grau de aplicação e de consequência da política de colaboração dos burocratas petistas com a burguesia e seu poder (governo) depende de vários fatores da situação política e histórica.

A chegada do PT ao poder dependeu dele ganhar o apoio de milhões de trabalhadores e de convencer à classe capitalista que desenvolveria a política do capital. De um lado, a CUT se mostrava oposição quase sempre verbal e de outro era situação quase sempre prática, aceitando as imposições de FHC. Os acontecimentos provam que a essência burguesa da política (colaboracionista) da direção da CUT vai sendo revelada gradualmente. Notamos que a CUT foi se burocratizando mais e mais conforme a burguesia ia obtendo estabilidade (provisória) econômica e política e o PT ia se sub-

metendo ao Estado.

As ameaças à estabilidade no segundo mandato de FHC permitiram que o oposicionismo burguês do PT arrastasse as massas e comparecesse como uma alternativa já admitida pela burguesia. Por acaso podemos dizer que a política do PT mudou de essência – antes na oposição e agora governo? Claro que não! Apenas revelou mais claramente, na prática governamental, a essência burguesa de sua política quando estava na oposição. A direção da CUT seguiu e segue essa política.

Certamente, há uma diferença essencial: o PT é um partido da burguesia e a CUT é uma organização dos explorados. O mais importante de tudo é que um partido que se converteu em instrumento governamental dos exploradores arrastou consigo a CUT.

É tão inconsistente o argumento do PSTU que José Maria não se dá conta de que amanhã o PT perde as eleições presidenciais para o PSDB (ou outro partido) e a direção da CUT pode voltar à oposição colaboracionista.

O certo é que a classe operária está diante da tarefa de combater a direção colaboracionista da CUT. A tarefa da vanguarda não é a de provocar uma divisão da CUT, mas de trabalhar por uma nova direção, organizando uma oposição revolucionária a partir dos sindicatos, dentro e fora da CUT.

Em contraposição a José Maria, mostramos que a burocratização da CUT expressa, em grande medida, a burocratização dos sindicatos. É claro que os sindicatos são organismos diretamente ligados aos assalariados, mas nem por isso deixam de ter ligação com a CUT. A direção hegemônica dos sindicatos é a que imprime a política burocrática da CUT. A luta pela independência e democracia proletária na CUT começa nos sindicatos, que também estão seriamente estatizados.

Ao invés da Conlutas se constituir em uma frente pela independência e democracia dos sindicatos e da CUT, lança-se à perigosa empreitada de di-

vidir a CUT. Essa posição levará a divisão no seio dos organismos de base. Favorecerá a política divisionista da burocracia. Os burocratas encontrarão justificativa para as divisões. É o que já está ocorrendo com a Federação Metalúrgica de Minas Gerais e, tudo indica, acontecerá com o Andes.

Procuramos mostrar ao PSTU que o Conlutas dará lugar a uma organização minoritária, que só servirá para proteger os sindicatos sob sua direção do controle burocrático da CUT, que aumentará com a reforma sindical. Trata-se de uma visão e prática aparelhistas.

Os sindicatos sob a direção do PSTU e de outros que se opõem ao processo de estatização são importantes no combate interno aos sindicatos e à CUT controlados pelo PT/PCdoB, aos sindicatos não cutistas da Força Sindical etc. A ruptura e divisão da CUT isolarão setores da vanguarda da grande massa que permanecerá sob a direção dos sindicatos cutistas.

Como os companheiros podem ver, os argumentos do PSTU para dividir a CUT são insustentáveis e suas consequências são graves. O POR tem procurado evitar a concretização dessa posição e defende que a Conlutas se constitua em uma frente única de luta, de defesa das reivindicações dos trabalhadores e de combate pela independência e democracia sindicais. O que está colocado não é fazer um movimento pelo rompimento com a CUT, mas sim um movimento por sua independência e democratização.

Esse movimento tem de começar nas fábricas. A experiência já realizada ajudará a maioria a entender a importância da independência e democracia proletária, o que favorecerá a tarefa de organizar uma fração revolucionária no interior do movimento sindical. Ao defendermos as reivindicações, colocarmos a unidade na luta, organizarmos a ação direta e combater a política burguesa do governo PT\Lula, estaremos enfrentando a burocracia da CUT e defendendo a sua independência político-organizativa.

Nesta edição:

- A retomada da crise na Bolívia
- 2 anos de ocupação imperialista sobre o Iraque

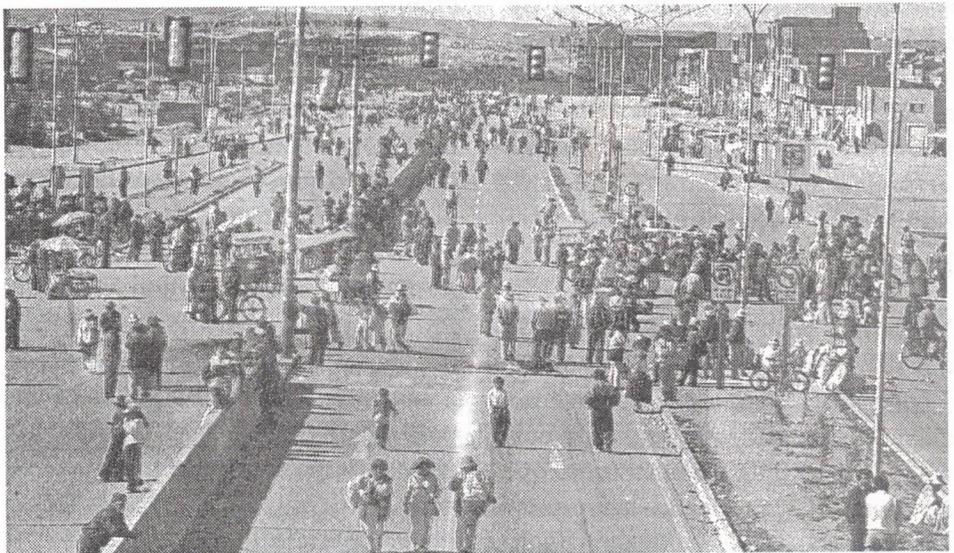
Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A retomada da crise na Bolívia

A Bolívia atravessa uma situação convulsiva de características revolucionárias. As massas famintas – grande parte constituída por camponeses pobres – bloqueiam as rodovias e ruas das cidades. Impedem o funcionamento do país por meio da ação direta. A resistência à repressão, que procura quebrar os bloqueios, mostra que os bolivianos famintos avançam para a revolução social. O movimento vem dando provas que não aceita o governo burguês submisso aos ditames dos Estados Unidos e do capital imperialista.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) vem assinalando os passos que amadurecem a situação revo-



O governo do PT/Lula defende Mesa

Na crise boliviana, o governo Lula se mostrou servente dos interesses econômicos do grande capital. A exploração do gás boliviano, que permite altos lucros para a Petrobrás e concessionárias multinacionais, foi um foco de preocupação. O Brasil também influencia o governo Mesa a aplicar a irrisória tarifa de 18%. Mas esse é um problema imediato.

O fundamental estava em manter a Bolívia como um instrumento geral da burguesia, em detrimento do atraso e da maioria do povo sacrificado. Tratava-se de barrar o avanço da revolução social. Sustentar Mesa significava não só continuar extraindo quase de graça o gás mas principalmente a ordem capitalista.

Vemos que o governo do PT/Lula é contra-revolucionário. Age de acordo com a orientação do grande capital e do imperialismo.

É dever dos trabalhadores brasileiros se solidarizarem com os explorados bolivianos lutando contra o governo do PT/Lula. A unidade latino-americana dos oprimidos é o caminho para combater a opressão capitalista e avançar as transformações da base econômica e superestrutura política.

A bandeira do proletariado é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

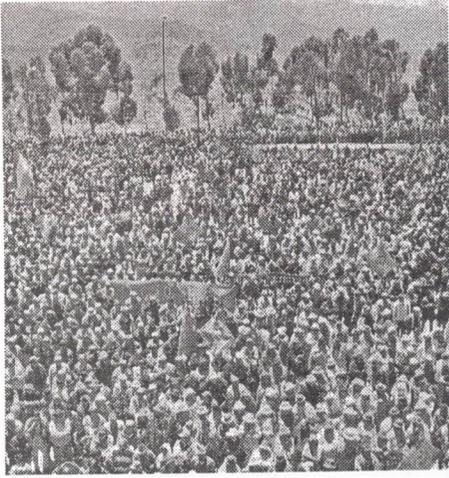
A bandeira do PT e seus consortes é a do Mercosul. Assim, capitula diante da ALCA norte-americana. É com essa política que o governo Lula leva seu apoio a governos antinacionais e antipopulares, como Mesa.

Ao contrário, com a estratégia de união dos trabalhadores e povos oprimidos de nosso continente, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, nos colocamos ao lado da maioria boliviana explorada e pela revolução proletária.

lucionária e trabalhando no seio dos explorados para que o monumental levante se transforme em um movimento da maioria nacional para derrubar o governo burguês e estabelecer o governo operário e camponês, ou seja, um governo que expresse a revolução e a ditadura proletárias.

O maior problema está no controle dos levantes pelas lideranças adaptadas ao Estado, como é o caso de Evo Morales (Movimento para o Socialismo –MAS) e da burocracia da COB de raiz estalinista, Jaime Solares. Ao lado dessas direções, é considerável a influência da Igreja Católica, que atuou no sentido de um acordo entre as lideranças dos cocaleiros, dos partidos e o governo Mesa, para pôr fim aos bloqueios.

O governo Mesa, frente à incapacidade de derrotar o movimento por meio da força, não querendo seguir o mesmo caminho de Sánchez Lozada, utilizou da manobra de levar ao Congresso Nacional sua renúncia. Evo de Morales e seus



aliados se apoiaram no jogo de cartas marcadas de Mesa para arrefecer o ímpeto revolucionário do movimento. Defenderam a permanência de Mesa e passaram a sujeitar os bloqueios à decisão do Congresso sobre a Lei de Hidrocarbonetos. Evidenciou a estratégia do MAS de usar a disposição de combate dos explorados para apenas pressionar o Parlamento e potenciar o oposicionismo burguês nacionalista de Evo Morales. A exigência de taxar em 50% a exploração

Traduzimos abaixo a previsão do POR boliviano sobre o desenvolvimento da crise na Bolívia e as tarefas colocadas. O artigo é de 11 de fevereiro.

2005 será o ano das mobilizações massivas e da convulsão social

O Orçamento para esse ano não contempla o aumento de salários para os que dependem do TGN, isso quando a miséria extrema açoita sem piedade nosso país. Os Ministros do Poder Executivo anunciaram que não haverá melhores salários para os professores das cidade e do campo e tampouco para os trabalhadores da saúde.

Os empresários, contanto com o apoio do governo inimigo dos bolivianos, se negaram, no ano de 2004, a melhorar os salários de seus operários ao concederem um reajuste miserável de 3%. Certamente, nesse ano, a conduta será a mesma.

O que se pode esperar no plano social?

Unicamente aos lacaios das multinacionais e dos parlamentares, que estão ao seu serviço, pode ocorrer que os boli-

Lembranças

Em meio à revolta das massas contra o governo de Sánchez de Lozada, em 2003, que resultou em sua derrubada, o PSTU publicou sua posição diante da crise: "por um governo de Evo Morales e a COB". Portanto, um governo do MAS com a burocracia estalinista da COB. Perguntamos se o PSTU defendeu também agora que as massas constituíssem um governo com essas mesmas lideranças?

Está aí a diferença estratégica dos trotskistas bolivianos com os revisionistas da LIT (morenistas). O POR mostra que Morales, Quispe e Solares são parte do Estado burguês. E luta pela tomada do poder e constituição do governo operário e camponês.

É bom observar que esses revisionistas acusam o POR boliviano de nacionalista e, no entanto, são eles que chamam a formar um governo de burocratas vestidos de nacionalistas.

do gás e petróleo, ao invés de 18% para o gás, como propunha Mesa, estava condicionada à decisão do Parlamento.

Assim que a crise política se agravou no seio do Estado e as massas se mostram dispostas a continuar a marcha contra o saque do país (o Brasil é um dos saqueadores), as lideranças aproveitaram a chantagem do Presidente Mesa e, finalmente, acataram a decisão do Parlamento de manter Mesa no governo, aprovando a taxação de apenas 18%. De-

pois de duas semanas de bloqueios e choques, no dia 16 de março, o Congresso votou a Lei de Hidrocarbonetos de Mesa.

O dirigente do MAS acatou a decisão do Congresso e chamou o fim dos bloqueios. Mais uma vez ficou evidente que os nacionalistas se ajoelham diante do Parlamento e temem que a radicalização das massas contra o governo se transformem em insurreição pela tomada do poder.

vianos, que virtualmente agonizam em meio à miséria extrema, se esforçarão a produzir mais e, em silêncio, para demonstrar que são patriotas, enquanto que os vendidos e lacaios do imperialismo embolsam milhões de dólares.

Quase de imediato os famintos ganharam as ruas, bloquearam as estradas e ocuparam as fábricas.

Esta agitação que será temível desde o primeiro momento, será potencializada quando os camponeses se apoderarem das estradas e bloquearem a chegadas às cidades.

As massas do campo, que suportam uma descomunal miséria, que buscam terra para cultivar, efetivar o auto-governo etc sabem que não lhes resta outro recurso senão levantar-se com armas, para soterrar a ordem social que as escraviza.

Que os politikeiros imbecis continuem com sua cantilena de que todos os obstáculos se superarão e se alcançará o

paraíso com a Constituinte, as autonomias, o referendun, a reforma do ordenamento legal e outras besteiras do mesmo estilo!

As massas estão cansadas de tanta estupidez e amadurecem para empunhar as armas e soterrar a burguesia, o imperialismo e seus lacaios.

A agitação social que está no horizonte se orientará para a revolução e ditadura proletárias.

Tem chegado o momento de levantar a bandeira de:

Salário mínimo vital com escala móvel, apoiada na elevação dos preços das mercadorias;

Escala móvel das horas de trabalho (diminuição da jornada de trabalho sem tocar nos salários);

Autodeterminação para as nacionalidades nativas;

Governo municipal baseado e controlado pelos cabildos abertos;

Ganhar o melhor das FFAA e da polícia para a revolução social...

2 anos de ocupação imperialista sobre o Iraque Aos Trabalhadores e à Juventude

São dois anos de guerra imperialista contra a nação iraquiana. Os Estados Unidos e seus aliados não puderam ocupar e submeter o povo aos seus ditames. Por todas as partes do Iraque, surgem resistências contra a maior potência militar do mundo. Para sustentar a invasão, os Estados Unidos desfecham diariamente ataques contra cidades inteiras, caçam de porta em porta as lideranças, patrulham ruas e avenidas, enchem as prisões, torturam os presos políticos, impõem um governo fantoche e criam uma polícia local subserviente aos seus planos intervencionistas. As eleições promovidas pelos Estados Unidos para constituir um governo servil demonstraram a capitulação de uma parte da oligarquia-mulçumana, que arrasta um importante contingente das massas oprimidas. É graças a colaboração da cúpula dominante dos aiatolás xiitas que os Estados Unidos continuam a ocupar o país.

Mesmo assim, a resistência se mostra heróica.

Contra a guerra dos Estados Unidos ao Iraque, levantamos a bandeira:

Fora as tropas imperialistas do Iraque!

O plano intervencionista de Bush ao Iraque logo se evidenciou. A farsa usada de que se tratava de combater as armas químicas, biológicas e nucleares e o terrorismo, sob o poder de Saddam Hussein, se desfez e vieram à tona os interesses reais da invasão. A potência norte-americana e os grandes monopólios necessitam do controle do petróleo, que jorra nos poços iraquianos. A economia mundial, na qual os Estados Unidos detêm a maior fatia, diante da disputa interimperialista (entre as maiores potências) reforça a ofensiva norte-americana na obtenção das fontes de matérias-primas.

O Oriente Médio é visto como estratégico aos Estados Unidos. Não é de hoje que a potência ianque ocupa proeminência nessa região. Depois de longo período de domínio da Inglaterra, os Estados Unidos impuseram o Estado títere de Israel (1948), que resultou na retirada dos palestinos e uma guerra que se prolonga até os dias de hoje. Sustentaram por mais de uma década a guerra civil no Líbano, ao lado da facção burguesa pró-imperialista. Declararam guerra ao regime do Taliban, no ano de 2001, e ocuparam o Afeganistão. O Iraque, invadido em 1991 sofreu o embargo econômico pelos Estados Unidos e aliados como forma de estrangular a economia desse país semicolonial. Mesmo assim, resistiu. A invasão militar de 2002 visa a quebrar toda e qualquer resistência dos grupos armados que lutam em defesa da nação.

Para pôr abaixo essa ofensiva sobre o Oriente Médio, levantamos a bandeira:

Autodeterminação dos povos!

Mas o intervencionismo militar não pára aí.

Os Estados Unidos ameaçam o Irã, país vizinho ao Iraque. Com o apoio da União Européia – França, Alemanha e Inglaterra – os Estados Unidos querem impedir que o Irã desenvolva um programa nuclear. Exigem que o Irã abra seu país para as inspeções, as mesmas exigências feitas ao Iraque, de suas instalações e projetos nucleares. Esse é um passo para ataques militares.

No caso da Síria, a potência norte-americana exige que retire suas tropas do Líbano e abra suas fronteiras para a caça de todos os que resistem ao imperialismo. Mas a resistência aos mandos dos Estados Unidos aflora no Líbano, Síria e Irã. Quem deve decidir so-

bre a permanência ou não das tropas sírias no Líbano é seu povo.

O imperialismo pisoteia a autodeterminação e a soberania dos povos oprimidos. Levantamos a bandeira:

Chega de ameaças! Fora os ditames dos países imperialistas! Abaixo a coalizão da França, Inglaterra e Alemanha contra as nações semicolônias!

A ofensiva bélica dos Estados Unidos não se restringe ao Oriente Médio. Vejamos a América Latina.

Nesse continente, Bush tem imposto planos contra os governos que recusam a seguir seus ditames. Depois do golpe preparado pelos Estados Unidos para derrubar o governo Hugo Chaves, não pararam um segundo de ameaçar o governo nacionalista, que resiste à privatização das estatais petrolíferas.

No Haiti, os Estados Unidos e França derrubaram o governo de Aristide e desde 2004 ocupam a miserável ilha do Caribe. Em meio aos conflitos internos, que não cessaram após a criação de um governo títere, o país é controlado pelas tropas da ONU, tendo o Brasil como fantoche dos planos imperialistas na região.

A América Latina vem sendo sufocada pelo intervencionismo econômico. Os planos neoliberais são impostos pelo capital financeiro (FMI, BIRD, BID) e têm como consequência o empobrecimento geral do continente, as economias nacionais mais vulneráveis à crise estrutural do capitalismo, a desnacionalização, a privatização dos ramos estratégicos, o desemprego massivo e a fome para a maioria da população. Por cima das fronteiras nacionais, os Estados Unidos impõem as bases militares para reforçar o poderio norte-americano na região.

Mas o povo latino-americano também combate nas ruas o intervencionismo ianque. As manifestações ocorridas na Venezuela, Argentina, Peru etc evidenciam o descontentamento das massas empobrecidas contra o saque imperialista.

A Bolívia tem sido a trincheira da resistência permanente do povo contra as medidas privatizantes dos governos pró-imperialistas. Nesse momento, os bloqueios de camponeses, estudantes e trabalhadores e as grandes manifestações tomaram conta do país. Ganham força na Bolívia as idéias da revolução proletária no interior do movimento social por meio da atuação do Partido Operário Revolucionário (POR).

Lutamos pelo fim do intervencionismo imperialista.

Defesa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Os trabalhadores e a juventude têm de ter claro que o imperialismo constitui o capitalismo em decomposição. A resistência dos povos e das massas oprimidas contra o domínio das potências, que saqueiam e impõem atraso econômico e miséria, tem de se constituir em combate ao sistema capitalista. Para isso, é preciso superar as direções nacionalistas que estão à frente da resistência. A tarefa é pôr em pé, nos países oprimidos, a frente única antiimperialista. Nela, é fundamental a direção da classe operária e a materialização do programa estratégico da revolução socialista. A derrocada do imperialismo será a derrocada do capitalismo. Eis por que é necessário o programa da revolução e ditadura proletárias. A luta conseqüente pela autodeterminação dos povos e fim dos saques imperialistas nos obriga a construir o Partido Operário Revolucionário.

Viva a resistência antiimperialista!

Fora os Estados Unidos e aliados do Iraque!